



PROCEDIMENTO N.º 2070_A/2025

AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS OFTALMOLOGIA

CONVITE

**Serviço de Aprovisionamento
Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, E.P.E.**

PROCEDIMENTO N.º 2070_A/2025
AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS OFTALMOLOGIA

CONVITE
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

Artigo 1.º

Identificação da entidade, do concurso e seu objeto

1. A entidade adjudicante é a Unidade Local Saúde do Baixo Mondego, EPE (ULSBM, EPE), sito na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o n.º telefone (00351) 233 402 000, fax (00351) 233 431 268, correio eletrónico concursos@ulsbm.min-saude.pt relativo ao Serviço de Aprovisionamento, responsável pelo presente Concurso e endereço de plataforma eletrónica acingov.pt.
2. O presente procedimento foi autorizado por despacho do Diretor do Serviço de Aprovisionamento da ULSBM, EPE, de 24 de fevereiro de 2025.
3. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de consumíveis de oftalmologia para o Serviço de Oftalmologia da ULSBM, EPE.
4. Os bens a adquirir inserem-se na categoria 33140000-3, descrita como "Material médico de consumo", constante do regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).
5. Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP e de acordo com os termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista nos artigos 18.º a 21.º do CCP), adota-se o procedimento na forma de Ajuste Direto em função de Critérios Materiais nos termos do disposto na subalínea ii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP, de acordo com a necessidade de aquisição e de acordo com a representatividade exclusiva assegurada pela declaração de exclusividade apresentada. Mais se informa que o presente procedimento seguirá os trâmites previsto nos artigos 112.º e seguintes do CCP.

Artigo 2.º

Consulta dos documentos do procedimento e respetivo procedimento

1. A participação no presente procedimento e o acesso às peças do procedimento, está disponível através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, no endereço eletrónico www.acingov.pt.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se disponíveis na morada referida no n.º 1 do artigo 1.º, onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 9:30 horas às 12:30 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 3.º

Prazo e Modo de Apresentação

1. A data limite de entrega das propostas será até às 17:00 do 2.º (segundo) dia contado após a data da publicação na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov (<http://acingov.pt>).
2. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nos pontos seguintes.

3. A entidade terão de assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de Agosto, sendo que são excluídas as propostas que não o cumpram integralmente.

4. Os documentos carregados na plataforma devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada emitidos por uma entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado. Nos casos em que o referido certificado não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e respetiva assinatura.

Artigo 4.º

Proposta

A proposta e seus documentos devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 5.º

Documentos que integram a proposta, Prazo e Modo de entrega

1. A proposta é constituída obrigatoriamente pelos documentos e/ou elementos abaixo referidos, sob pena de exclusão:

- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos
- b) Preenchimento do Anexo B (formato Excel);
- c) Documento (s) que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente:
 - 1) Preço total da proposta;
 - 2) Preço unitário;
 - 3) Código CDM atribuído pelo Infarmed, I.P., conforme Despacho n.º 2945/2019;
 - 4) Nos termos do n.º 3 do Despacho n.º 2945/2019, para efeitos de apresentação de proposta, será aceite certidão emitida pelo Infarmed que ateste a existência de procedimento de codificação em curso nas situações em que o dispositivo não esteja ainda disponível na respetiva base de dados;
 - 5) Prazo de entrega dos bens;
 - 6) Marca, Modelo, Referência, País de origem e Informações relativas:
 - i) País de origem;
 - ii) Nome do fabricante;
 - iii) Endereço do fabricante;
 - iv) E-mail do fabricante.
 - 7) Ficha técnica;
 - 8) Autorização para o exercício da atividade de distribuição por grosso de dispositivos médicos à autoridade competente – Infarmed – exigida pelo Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho;
 - 9) Declaração de exclusividade;

10) Certidão Permanente ou o respetivo código de acesso e/ou Procuração, ou outro documento de representação;

2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para a compreensão e avaliação da proposta e/ou para indicar os termos ou condições em que se dispõe a executar o contrato.

Artigo 6.º

Propostas Variantes

Não se admite a apresentação de propostas variantes, pelo que de acordo com o n.º 7 do art.º 59.º do CCP cada concorrente só pode apresentar uma única proposta, ou seja, a proposta base, sob pena de exclusão nos termos do n.º 3 do art.º 146.º do CCP.

Artigo 7.º

Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, prorrogável por iguais períodos, se nada for dito pelo concorrente.

Artigo 8.º

Caução

Não será exigida caução, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 9.º

Documentos de Habilitação, Modo e Prazo de Apresentação

1. A decisão de adjudicação será comunicada, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, bem como a eventual decisão de não adjudicação, nos termos previstos no artigo 76.º do CCP.

2. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, exigidos nos termos e na forma dos artigos 81.º e ss. do CCP, sob pena de caducidade de adjudicação, nos termos do artigo 86.º do mesmo diploma:

a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo III ao presente Convite;

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos;

3. No mesmo prazo anteriormente referido, deve o adjudicatário, nos termos previstos na Portaria n.º 372/2017, de 14/12, proceder à entrega de documento (s) comprovando a titularidade das habilitações legalmente exigidas para a prestação de serviços em causa.

4. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa e assinados eletronicamente.

5. Poderá ainda o adjudicatário prestar consentimento, nos termos da lei, para a consulta da informação relativa a qualquer destes documentos.

6. O prazo a conceder ao adjudicatário para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86.º é de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 10.º

Contrato

Não será reduzido a escrito o contrato, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 95.º do CCP.

Artigo 11.º

Prevalência

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente convite de concurso prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo 12.º

Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 13.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente convite de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

ANEXO I**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal (1)... (firma, número de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo (ou indica... como endereço do sítio da internet onde podem ser consultados (3)) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º. |